



A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002849/2015-56, resolve:

Nº 2.007 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ANA BEATRIZ FERREIRA GROBA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar, SF02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação do Gabinete da Liderança dos Democratas.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002284/2015-15, resolve:

Nº 2.008 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA ZULEIDE DE AMORIM MARTINS para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação do Gabinete do Senador Elmano Férrer.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002576/2015-40, resolve:

Nº 2.009 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, WELLINGTON DE MOURA PORTELA para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação do Gabinete do Senador José Medeiros.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.014985/2014-16, resolve:

Nº 2.010 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, VERA LUCIA RODRIGUES para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação do Gabinete da Senadora Ângela Portela.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.011 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, SANDRA KOETZ IBIAPINA, matrícula nº 166252, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.012 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LUCIANA AIRES SARAIVA, matrícula nº 247082, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.013 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, IGOR DE ALMEIDA CHAVES, matrícula nº 263518, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.014 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ADRIANA CRISTINA DE MORAIS SILVA, matrícula nº 212262, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2015 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA FERNANDA SOARES SANTOS FERREIRA CRUZ, matrícula nº 228944, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.016 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, NAIRA GUIMARÃES AMORIM, matrícula nº 232078, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.017 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LUIZ OTÁVIO CALDEIRA PAIVA, matrícula nº 174625, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, SF01, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.018 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, EUNICE QUEIROZ ALVES, matrícula nº 148146, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.019 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LARISSA MELO CAVALCANTE E SILVA, matrícula nº 166033, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.020 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA BERNÁDETE VIEIRA ANTONIETO, matrícula nº 157809, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.021 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LILIAN SOARES DOS SANTOS, matrícula nº 196463, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.022 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA DO SOCORRO CASTRO E FERREIRA MACHADO, matrícula nº 163007, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.023 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ERALDO MATEUS PORTUGAL, matrícula nº 163720, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.024 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, AHDALIS OHANA NEGREIROS, matrícula nº 269946, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.025 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, PEDRO HENRIQUE MELO MENDES, matrícula nº 268292, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.026 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DE ALMEIDA, matrícula nº 169290, do cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar, SF02, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003835/2015-50, resolve:

Nº 2.027 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, PATRÍCIA MÔNICA LAUDARES, matrícula nº 261200, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Sênior, AP-12, da Primeira-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.003305/2015-10, resolve:

Nº 2.028 - tornar sem efeito a Portaria da Diretoria-Geral nº 1897, publicada no Diário Oficial da União, dia 27/02/2015, Seção 2, que exonerou WILSON IBANHES, matrícula nº 226637, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Segunda-Secretaria, e nomeou para ocupar o mesmo cargo na Quarta-Secretaria.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.003305/2015-10, resolve:

Nº 2.029 - exonerar WILSON IBANHES, matrícula nº 226637, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Segunda-Secretaria, e nomeá-lo para ocupar o mesmo cargo da Quarta-Secretaria.

ILANA TROMBKA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 43, DE 2 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990,

RESOLVE, por solicitação do Ministro Roberto Barroso: Designar MAYARA KÉLVIA GOMES RODRIGUES DOS REIS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função de confiança de Assistente III, nível FC-03, em seu Gabinete.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

PORTARIA Nº 44, DE 2 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inciso II do artigo 9º e no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Dispensar ANA CAROLINA FIALHO HÜBNER, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função de confiança de Assistente I, nível FC-01, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

Art. 2º Designar REGIS ALVES DOS SANTOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função de confiança de Assistente I, nível FC-01, na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 99, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela alínea "d" do inciso XI do artigo 3º da Portaria nº 112/2010, resolve:

Designar CECILIA SILVA BARROSO, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça, para exercer a função de confiança de Assistente VI, nível FC-6, da Assessoria da Corregedoria Nacional de Justiça.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 102, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/90 e da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria nº 112/2010, resolve:

Designar RODRIGO MIGUEL SOUSA como substituto do Chefe da Seção de Gestão de Projetos, nível FC-6, no período de 16/3/2015 a 5/4/2015.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar:
I) JEAN CARLA RODRIGUES CARVALHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Chefe da Seção de Execução Financeira, Nível FC-6, da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, da Secretaria de Administração;

II) IRINALDO PORTUGUEZ DA CUNHA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente IV, Nível FC-4, da Secretaria de Administração.

Art. 2º Designar:
I) IRINALDO PORTUGUEZ DA CUNHA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Execução Financeira, Nível FC-6, da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, da Secretaria de Administração;

II) JOSÉ ANTÔNIO VALE DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente IV, Nível FC-4, da Secretaria de Administração.

LEDA BANDEIRA

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar:

I) ANNE HORN PUREZA OLIVEIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente IV, Nível FC-4, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

II) FERNANDA DE CASTRO E SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Chefe da Seção de Planejamento, Nível FC-6, da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Art. 2º Designar:

I) FERNANDA DE CASTRO E SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente IV, Nível FC-4, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

II) JEAN CARLA RODRIGUES CARVALHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Planejamento, Nível FC-6, da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

LEDA BANDEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 78, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ 5185/2011, resolve:

Art. 1º Nomeia, em caráter efetivo, para o cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Pedagogia, classe A, padrão 1, os seguintes candidatos habilitados em concurso público realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral:

NOME DO CANDIDATO	ORIGEM DA VAGA
1. MARIA EVELINE PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
2. MIRELLE RIBEIRO CARDOSO	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
3. KAMILA FERNANDA DA COSTA QUEIROZ	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
4. ANA LOURDES VILELA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
5. FERNANDO DE ASSIS ALVES	Decorrente da Lei n. 12.991/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 85, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 8252/2014, resolve:

Art. 1º Redistribui um cargo efetivo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com o cargo de mesma denominação do quadro de pessoal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo ocupado pela servidora CLAUDETE MILANI PEGADO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 88, DE 2 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Designar os servidores Misael Guerra Pessoa de Andrade, mat. 634, Fábio Mendonça de Oliveira, mat. 544, e Marcos Cavalcanti Pimenta, mat. 506, como membros efetivos, e Antônio Carlos de Souza Costa, mat. 503, e Alexandre Fagundes, mat. 282, como membros suplentes, para conduzirem os trabalhos da referida comissão, ficando a presidência sob a responsabilidade do primeiro, que, nas suas ausências e impedimentos legais, será substituído pelo segundo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

PORTARIA Nº 89, DE 2 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente de Sindicância no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Designar os servidores Cláudio Machado Pinto, mat. 521, Antônio Humberto Machado de Souza Brito, mat. 388, e Márcio Rodrigues Cerqueira, mat. 98, como membros efetivos, e Alexandre Lameirão, mat. 519, e Márcio Gomes da Silva, mat. 178, como membros suplentes, para conduzirem os trabalhos da referida comissão, ficando a presidência sob a responsabilidade do primeiro, que, nas suas ausências e impedimentos legais, será substituído pelo segundo.

Art. 3º Revogar a Portaria n. CJF-POR-2013/00244 de 30 de julho de 2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 1.152, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 107936/2014, de 2 de dezembro de 2014, resolve:

REMOVER, sem ônus para a Justiça Militar da União, nos termos do artigo 36, parágrafo único, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Analista Judiciária, área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, CAROLINA MAIA DOS SANTOS MANTOVANI DE OLIVEIRA, matrícula 9308, do Superior Tribunal Militar para a Auditoria de Correição.

MARIA ELIZABETH GUIMARÃES
TEIXEIRA ROCHA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 112, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar a servidora FERNANDA RODRIGUES NUNES, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Chefe, Nível FC-06, da Seção de Gestão de Imóveis, ficando consequentemente exonerada, a pedido, do Cargo em Comissão de Coordenadora, Nível CJ-02, ambos da Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos, da Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS

ATO Nº 113, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar o servidor EDSON MILANI GASPARI, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cedido para este Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, Nível FC-01, ficando, consequentemente, dispensado, a pedido, da Função Comissionada de Chefe, Nível FC-06, ambas da Seção de Gestão de Imóveis, da Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos, da Secretaria de Administração, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS

ATO Nº 114, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Nomear o servidor JOSÉ ÁLVARO MANHÃES WAGNER, Analista Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Nível CJ-02, da Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos, da Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS

ATO Nº 115, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Nomear TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA, sem vínculo, para o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, Nível CJ-01, da Assessoria Jurídica do Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDSON AGUIAR DE

ATO Nº 116, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o servidor RICARDO PIRES DE ASSIS, Analista Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, Nível FC-01, da Seção de Gestão de Imóveis, da Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos, da Secretaria de Administração, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 259, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no P.A. nº 21.551/2013, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, ao servidor GRIMALDE PIRES DA SILVEIRA, matrícula 307.311, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, combinado com o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994 c/c a Resolução 19/1994-TJDF e com o art. 15 da Lei 9.527/1997.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 267, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N 3128/2015, resolve:

Art. 1º Designar SHIRLEI DE JESUS CAMPOS LOPES, matrícula N. 316.390, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-03, de Assistente do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Circunscrição Judiciária de Santa Maria, ficando dispensada AYLAH CHRISTIE BELTRAO ROSA, matrícula N. 318.733, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 302, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 3.938/2015, resolve:

Art. 1º Designar KARINA MELO DE OLIVEIRA CASTRO, matrícula N. 313.907, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, do Gabinete da Presidência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 309, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no artigo 93, inciso I, da Lei 8.112/1990, e tendo em vista o contido no PA-e 18.353/2014, resolve:

Ceder o servidor Luiz Antônio Dombek, matrícula 316.462, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 5, para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República, a fim de exercer cargo em comissão, nível DAS 102.2, pelo prazo de 1 (um) ano, com ônus do cargo efetivo para o cedente e do cargo em comissão para o cessionário.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 328, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N 4128/2015, resolve: